

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de Vossa Senhoria as demonstrações financeiras relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, acompanhado do relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras. São Paulo, 13 de fevereiro de 2017.

A Distoria

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015

Ativo	Notas	2016	2015
Circulante		108.377	105.820
Disponibilidades	4	960	862
Aplicações interfinanceiras de liquidez	5	7.004	—
Aplicações em depósitos interfinanceiros		7.004	—
Aplicações em títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	6	10.682	13.788
Carteira própria		10.682	13.788
Operações de crédito	7	74.366	79.931
Setor privado		84.151	86.562
(Provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa)		(9.785)	(6.631)
Outros créditos	8	10.085	5.307
Diversos		10.085	5.307
Outros valores e bens	9	5.280	5.932
Bens não de uso próprio		309	303
Despesas antecipadas		4.971	5.629
Não Circulante			
Realizável a longo prazo		61.552	55.527
Aplicações em títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	6	2.452	2.155
Carteira própria		2.452	2.155
Operações de crédito	7	53.309	44.053
Setor privado		56.553	48.281
(Provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa)		(3.244)	(4.228)
Outros créditos	8	2.220	5.448
Diversos		2.220	5.448
Outros valores e bens	9	3.571	3.871
Despesas antecipadas		3.571	3.871
Permanente		980	844
Imobilizado de uso		450	518
Outras imobilizações de uso		1.153	1.102
(Depreciações acumuladas)		(703)	(584)
Intangível		530	326
Ativos intangíveis		786	506
(Amortizações acumuladas Intangível)		(256)	(180)
Total do ativo		170.909	162.191

Passivo	Notas	2016	2015
Circulante		75.774	79.530
Depósitos	10	4.024	23.853
Depósitos a prazo		4.024	23.853
Recursos de aceites e emissão de títulos	10	67.944	50.917
Recursos de aceites cambiais		67.944	50.917
Outras obrigações		3.806	4.760
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados		72	62
Sociais e estatutárias		20	65
Fiscais e previdenciárias		444	1.546
Diversas	11	3.270	3.087
Não Circulante			
Exigível a longo prazo		57.219	45.475
Depósitos	10	5.041	497
Depósitos a prazo		5.041	497
Recursos de aceites e emissão de títulos	10	52.178	44.978
Recursos de aceites cambiais		52.178	44.978
Patrimônio líquido	13	37.916	37.186
Capital		27.500	27.500
De domicílios no País		27.500	27.500
Reservas de Lucros		10.416	9.686
Total do passivo e patrimônio líquido		170.909	162.191

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 e semestre findo em 31 de dezembro de 2016

Notas	Reserva de Lucros			Lucros acumulados	Total
	Capital social	Legal	Estatutárias		
Saldos em 01 de janeiro de 2015					
Lucro líquido do exercício					
Destinações:					
Dividendos	13c	—	—	(5.000)	—
Juros sobre o capital próprio	13d	—	—	(2.175)	(2.175)
Transferência para reserva estatutária	13e	—	—	3.206	(3.206)
Reserva legal	13b	—	286	—	(286)
Saldos em 31 de dezembro de 2015		27.500	1.183	8.503	37.186
Saldos em 01 de janeiro de 2016		27.500	1.183	8.503	37.186
Lucro líquido do exercício		—	—	—	4.019
Destinações:					
Dividendos	13c	—	—	(699)	(699)
Juros sobre o capital próprio	13d	—	—	(2.590)	(2.590)
Transferência para reserva estatutária	13e	—	—	1.228	(1.228)
Reserva legal	13b	—	201	—	(201)
Saldos em 31 de dezembro de 2016		27.500	1.384	9.032	37.916
Saldos em 01 de julho de 2016		27.500	1.183	8.503	37.186
Lucro líquido do semestre		—	—	—	2.158
Destinações:					
Juros sobre o capital próprio	13d	—	—	(1.428)	(1.428)
Transferência para reserva estatutária	13e	—	—	622	(622)
Reserva legal	13b	—	109	—	(109)
Saldos em 31 de dezembro de 2016		27.500	1.291	9.125	37.916

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Santana S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento, ("Instituição"), tem como objeto a prática de operações ativas, passivas e acessórias inerentes às sociedades de crédito, financiamento e investimento, bem como o exercício da administração de carteira de valores mobiliários.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, requeridas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, as quais levam em consideração as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações - Lei nº 6.404/76 alterada pela Lei nº 11.638/07 e 11.941/09, além das normas do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN). Foram adotadas, para fins de divulgação, os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) homologados pelos órgãos reguladores relacionados ao processo de convergência contábil internacional que foram aprovados pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) e Banco Central do Brasil (BACEN) e estão consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (CÓSIIF). As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em Reais, moeda funcional e de apresentação da Instituição. A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração da Instituição em 13 de fevereiro de 2017.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOADAS

As principais práticas contábeis adotadas para contabilização das operações e elaboração das demonstrações financeiras são:

- a) Caixa e equivalentes de caixa:** As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas e estão apresentadas de acordo com a Resolução do Conselho Monetário Nacional (CMN) nº 3.604/08 que aprovou o pronunciamento contábil CPC 03 - "Demonstração dos fluxos de caixa", emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), sendo caixa e equivalentes de caixa os saldos de disponibilidades e aplicações interfinanceiras de liquidez imediatamente conversíveis, ou com prazo original igual ou inferior a 90 (noventa) dias e apresenta risco insignificante de mudança de valor justo, que são utilizados pela Instituição para o gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.
- b) Aplicações interfinanceiras de liquidez:** As aplicações interfinanceiras de liquidez são apresentadas pelo valor de aplicação, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço.
- c) Títulos e valores mobiliários:** De acordo com o estabelecido pela Circular BACEN nº 3.068/2001, os títulos e valores mobiliários integrantes da carteira são classificados em três categorias distintas, conforme orientação da Administração, atendendo aos seguintes critérios de contabilização:
 - i) Títulos para negociação:** são adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados, são ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do exercício;
 - ii) Títulos disponíveis para venda:** são aqueles que não se enquadram como para negociação ou como mantidos até o vencimento. Os ganhos e perdas não realizados são ajustados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, deduzido dos efeitos tributários, sob o título de "ajuste de avaliação patrimonial";
 - iii) Títulos mantidos até o vencimento:** são aqueles para os quais há intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento, são avaliados pelos custos de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do exercício.
- d) Operações de crédito e provisão para créditos de liquidação duvidosa:** As operações de crédito são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, considerando-se a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e aos garantidores, observando também os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99 do Banco Central do Brasil, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo "AA" (risco mínimo) e "H" (risco máximo). As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita, quando efetivamente recebidas. As operações classificadas como nível "H" permanecem nessa faixa por seis meses, quando então são baixadas da carteira, com a provisão existente e controladas, por cinco anos, em conta de compensação, não figurando mais no balanço patrimonial. A provisão para créditos de liquidação duvidosa, considerada pela Administração como suficiente, atende aos critérios estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99 do Banco Central do Brasil.

- e) Outros valores e bens:** Representados substancialmente por bens não de uso próprio recebidos em dação de pagamento disponíveis para venda. São ajustados ao valor de mercado quando este for menor que o custo contabilizado, por meio de constituição de provisão para desvalorização.
- f) Despesas antecipadas:** As despesas com comissões de intermediação de operações de crédito originadas até 01 de janeiro de 2015 são apropriadas de acordo com a resolução pelo prazo da fluência dos respectivos contratos. Nos casos de liquidação antecipada, baixa para prejuízo ou cessão sem retenção substancial de risco das operações de crédito que originaram as comissões, o montante da despesa antecipada relacionada a essas operações é reconhecida integralmente no resultado. A partir de 02 de janeiro de 2015, conforme circular 3.693/2013 do BACEN, as comissões pagas pela originação das operações de crédito, são reconhecidas ao resultado na fração de 1/3 e 2/3 em 2016, no ato do registro no ativo, e o saldo restante durante o tempo de duração dos contratos, limitado a 36 meses. Os valores registrados no ativo com base na faculdade prevista no §1º da circular serão amortizados, de forma linear, no prazo de até 36 meses, ou imediatamente, quando da liquidação ou da baixa da respectiva operação.
- g) Imobilizado de uso:** O imobilizado é demonstrado ao custo de aquisição, líquido das correspondentes depreciações acumuladas, as quais são calculadas pelo método linear de acordo com as seguintes taxas anuais: móveis e utensílios e máquinas e equipamentos - 10% ao ano; equipamentos de informática e veículos - 20% ao ano.
- h) Intangível:** O saldo do intangível corresponde aos gastos com aquisição e desenvolvimento de logiais (softwares), e está demonstrado ao custo de aquisição, líquido da respectiva amortização acumulada, calculada pelo método linear à taxa anual de 20% ao ano.

i) Redução do valor recuperável de ativos não financeiros ("impairment"): A revisão do valor contábil líquido dos ativos tem o objetivo de avaliar eventuais perdas nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando essas evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, deve ser constituída uma provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

j) Depósitos e recursos de aceites cambiais: As captações ajustadas estão atualizadas e demonstradas pelo valor principal, acrescido dos encargos decorrentes até as datas dos balanços patrimoniais e as captações pós-fixadas, são atualizadas "pro-rata" dia até as datas dos balanços.

k) Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro: A provisão para imposto de renda é calculada à alíquota de 15%, com um adicional de 10% sobre o lucro anual tributável excedente a R\$ 240, ajustado pelas adições e exclusões previstas na legislação tributária. A contribuição social sobre o lucro apurada sobre o lucro ajustado na forma da legislação fiscal em vigor até 30 de agosto de 2015 foi calculada à alíquota de 15%. A medida provisória 675/15, convertida na lei nº 13.169, de 6 de outubro de 2015, alterou a alíquota da Contribuição Sobre o Lucro Líquido (CSLL) de 15% para 20%, a partir de setembro de 2015 e os valores foram apurados em conformidade com a Instrução Normativa RFB nº 1.591.

l) Imposto de renda e contribuição social diferidos: Os créditos tributários são constituídos com base nas disposições constantes na Resolução nº 3.059 de 31 de dezembro de 2002 e na Resolução nº 3.355 de 31 de março de 2008, do Conselho Monetário Nacional que determinam que a Instituição deve atender, cumulativamente, para registro e manutenção contábil de créditos tributários decorrentes de prejuízo fiscal de imposto de renda, base negativa de contribuição social e aqueles decorrentes de diferenças temporárias, as seguintes condições: Apresentar histórico de lucros ou receitas tributáveis para fins de imposto de renda e contribuição social, no mínimo, em três exercícios dos últimos cinco exercícios sociais, incluindo o exercício em referência. Expectativa de geração de lucros tributáveis futuros para fins de imposto de renda e contribuição social, conforme o caso, em períodos subsequentes, baseada em estudos técnicos que permitam a realização do crédito tributário em um prazo máximo de dez anos. Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro foram constituídos sobre diferenças temporárias relativas à provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa, sendo os seus efeitos registrados na rubrica "Outros créditos - diversos" com reflexo no resultado do exercício. Os créditos de imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro serão realizados à medida que as diferenças temporárias se tornarem dedutíveis.

m) Estimativas contábeis: As demonstrações financeiras incluem estimativas e premissas, como a mensuração de provisões para créditos de liquidação duvidosa com operações de crédito, estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros, provisões para passivos contingentes, estimativas da vida útil de determinados ativos, perdas por redução ao valor recuperável - "impairment" de títulos e valores mobiliários classificados nas categorias: "Títulos disponíveis para venda" e "Títulos mantidos até o vencimento", ativos não financeiros e outras similares. Os resultados efetivos podem ser diferentes dessas estimativas e premissas.

n) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais: Os passivos contingentes e obrigações legais são avaliados, reconhecidos e demonstrados de acordo com as determinações estabelecidas no Pronunciamento Técnico CPC 25 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, aprovado pela Resolução CMN nº 3.823/09 e Carta Circular nº 3429/10 do Banco Central do Brasil (BACEN). A avaliação da provisão para passivos contingentes é classificada como Remota, Possível ou Provável com base no julgamento das evidências, internos ou externos, sobre o fundamento jurídico da causa, a viabilidade de produção de provas, da jurisdição em questão, da possibilidade de recorrer a instâncias superiores e da experiência histórica. Essa avaliação incorpora um alto grau de julgamento e subjetividade, e está sujeita às incertezas de uma previsão sobre eventos futuros. É entendido que as avaliações estão sujeitas às atualizações e/ou alterações. • **Ativos contingentes:** são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxito prováveis são apenas divulgados em nota explicativa; • **Passivos contingentes:** são provisionados quando as perdas foram avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos foram mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são apenas divulgados, e aqueles não mensuráveis com suficiente segurança e como de perdas remotas não são provisionados e/ou divulgados; • **Obrigações legais:** são registradas como exigíveis, independente da avaliação sobre as probabilidades de êxito.

o) Outros ativos e passivos circulantes, realizáveis e exigíveis a longo prazo: Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seu benefício econômico futuro será gerado em favor da Instituição e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Instituição possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridos. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os ativos e passivos são classificados como realizáveis, exigíveis a longo prazo e prováveis quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como realizáveis e exigíveis a longo prazo.

p) Apuração do resultado: As receitas e despesas são registradas de acordo com o regime de competência. As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério "pro-rata" dia e calculadas com base no método exponencial. As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita, quando efetivamente recebidas.

q) Lucro por ação: É calculado com base na quantidade de ações em circulação do capital integralizado na data do balanço.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Os componentes de caixa e equivalentes de caixa estão assim demonstrados:

2º Semestre	Exercícios		
2016	2016		
2015	2015		
No início do semestre/exercícios	1.482	862	1.037
Disponibilidades	1.482	862	1.037
Aplicações em depósitos interfinanceiros (i)	—	—	—
No final do semestre/exercício	7.964	7.964	862
Disponibilidades	960	960	862
Aplicações em depósitos interfinanceiros (i)	7.004	7.004	—
Aumento/(redução) líquido de caixa e equivalente de caixa	6.482	7.102	(1.175)

(i) Aplicações com prazos de vencimentos variáveis, são resgatáveis a qualquer momento, e utilizadas para gestão de caixa.

5. APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

a. Concentração por tipo e prazo de vencimento:

Até 3 meses	2016	Total	2015	Total
Aplicações em depósitos interfinanceiros	7.004	7.004	—	—
Total	7.004	7.004	—	—

b. Rendas de aplicações interfinanceiras de liquidez: Classificadas na demonstração dos resultados como resultado com títulos e valores mobiliários.

2º Semestre	Exercícios		
		2016	2016
2015	2015		
Rendas de aplicações interfinanceiras de liquidez	48	48	—
Mercado	48	48	—
Total	48	48	—

6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

a) As aplicações em títulos e valores mobiliários, mantidos para negociação, estão compostas como segue:

2016					2015
Disponível para venda	Até 3 meses	De 3 a 5 anos	Valor	Valor custo atualizado	Valor custo atualizado
Letra financeira do tesouro - LFT	—	2.452	2.452	2.452	2.155
Quotas de fundos de investimento	10.682	—	10.682	10.682	13.788
Total	10.682	2.452	13.134	13.134	15.943

b) Resultado com títulos e valores mobiliários:

2º Semestre	Exercícios		
		2016	2016
2015	2015		
Rendas de aplicações interfinanceiras de liquidez	48	48	—
Rendas de aplicações em títulos e valores mobiliários	155	297	155
Rendas de aplicações em quotas de fundos de investimentos	921	1.924	1.494
Total	1.124	2.269	1.689

7. OPERAÇÕES DE CRÉDITO

Os valores dos contratos de operações de crédito são representados pelo seu respectivo valor presente, apurado com base nas taxas contratuais de cada contrato.

a. Composição das operações de créditos:

2016	2015	
Empréstimos - setor privado	9.598	10.570
Títulos descontados	7.121	7.095
Financiamentos - setor privado	124.299	117.175
Total	140.704	134.843

b. Composição da carteira de operações de créditos por tipo de cliente e atividade econômica:

2016	2015	
Indústria	5.209	6.310
Outros serviços	4.786	6.234
Outros setores	3.869	5.524
Passivos físicos	128.941	119.675
Total	140.704	134.843

c. Composição da carteira de operações de créditos, por vencimento, considerando as parcelas dos contratos:

2016	2015	
Faixas de vencimento		
Créditos vencidos		
A partir de 15 dias	15.150	9.129
Créditos a vencer		
Até 3 meses	21.617	47.286
3 a 12 meses	47.384	30.147
1 a 3 anos	54.044	48.281
3 a 5 anos	2.509	—
Total	140.704	134.843

d. Classificação da carteira de crédito por níveis de risco:

Nível	2016			Provisão	
	Empréstimos e financiamentos	Títulos descontados	Total da carteira		
A	97.130	6.262	103.392	0,5	517
B	7.274	385	7.659	1	76
C	8.644	210	8.854	3	266
D	5.009	130	5.139	10	514
E	3.224	16	3.240	30	972
F	2.180	78	2.258	50	1.129
G	2.022	—	2.022	70	1.415
H	8.100	40	8.140	100	8.140
Total	133.583	7.121	140.704		13.029

Nível	2015			Provisão
	Empréstimos e financiamentos	Títulos descontados	Total da carteira	

☆ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015

a. Origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social:

Adições temporárias:

	2016		2015	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	24.932	24.932	21.569	21.569
Provisões para contingências	1.845	1.845	1.927	1.927
Demais provisões temporárias	236	236	228	228
Total das diferenças temporárias	27.013	27.013	23.724	23.724
Total do crédito tributário	6.753	5.403	5.931	4.745

b. Previsão de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias: Todos os créditos tributários são registrados pelo valor provável de realização, considerando o histórico de rentabilidade da Instituição e expectativas de resultados futuros, em atendimento às condições das Resoluções nº 3.059/02 e 3.355/07 do BACEN e referem-se principalmente às diferenças temporárias no cálculo de imposto de renda e da contribuição social. Com base em estudo técnico preparado pela Administração, a expectativa de realização dos créditos tributários é a seguinte:

	Expectativa de realização					Total
	2017	2018	2019	2020	2021	
%	18,26%	19,59%	20,03%	20,06%	22,06%	100,00%
IRPJ	1.233	1.323	1.353	1.354	1.490	6.753
CSLL	987	1.058	1.082	1.084	1.192	5.403
Valor em 31/12/2016	2.220	2.381	2.435	2.438	2.682	12.156

Em 31 de dezembro de 2016 os valores presentes desses créditos tributários montam a R\$ 8.311, considerando-se à taxa Selic de 13,75% ao ano.

c. Movimentação dos créditos tributários:

	Saldos em 31/12/2015	Constituição	(Realização)	Saldo em 31/12/2016
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	9.706	1.513	-	11.219
Provisões para contingências	867	294	(331)	830
Demais provisões temporárias	103	202	(198)	107
Total dos créditos tributários	10.676	2.009	(529)	12.156

15. RECEITA DE SERVIÇOS

	2º Semestre 2016		Exercícios 2016		Exercícios 2015	
	2016	2016	2016	2015	2016	2015
Tarifa de cadastro - Desconto	171	307	270	-	-	-
Tarifa de cadastro - Veículos	4.466	9.465	8.497	-	-	-
Reembolso tarifa cartório	43	110	152	-	-	-
Outros receitas de serviços	147	197	108	-	-	-
Total	4.827	10.079	9.027	-	-	-

16. DESPESA DE PESSOAL

	2º Semestre 2016		Exercícios 2016		Exercícios 2015	
	2016	2016	2016	2015	2016	2015
Remuneração	(388)	(746)	(588)	-	-	-
Encargos	(116)	(221)	(192)	-	-	-
Benefícios	(164)	(303)	(285)	-	-	-
Treinamento	(21)	(58)	(15)	-	-	-
Outras provisões	(83)	(99)	(102)	-	-	-
Total	(772)	(1.427)	(1.182)	-	-	-

17. OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	2º Semestre 2016		Exercícios 2016		Exercícios 2015	
	2016	2016	2016	2015	2016	2015
Despesas com serviços de terceiros (a)	(3.031)	(5.996)	(4.889)	-	-	-
Comissões e prêmios (b)	(3.033)	(6.238)	(5.509)	-	-	-
Despesas de serviços técnicos especializados (c)	(1.391)	(2.781)	(2.480)	-	-	-
Despesas de serviços do sistema financeiro (d)	(449)	(904)	(876)	-	-	-
Despesas de processamentos de dados	(383)	(712)	(635)	-	-	-
Despesas de alugueis	(66)	(132)	(266)	-	-	-
Despesas de comunicação	(124)	(267)	(269)	-	-	-
Despesas de propaganda e publicidade	(41)	(75)	(34)	-	-	-
Despesas com depreciação e amortização	(102)	(195)	(195)	-	-	-
Despesas de transporte	(53)	(100)	(112)	-	-	-
Acordos e ações judiciais	(49)	(435)	(202)	-	-	-
Custas Judiciais	(31)	(101)	(220)	-	-	-
Outras	(284)	(496)	(493)	-	-	-
Total	(9.037)	(18.432)	(16.180)	-	-	-

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN e pelos controles internos que ela

(a) Referem-se principalmente a despesas com serviços de despachantes, processamento vinculados a originação de operações de crédito e serviços de cobrança. Incluem os valores de despesas com partes relacionadas de R\$ 4.358 em 2016 (R\$ 4.875 em 2015), respectivamente. Vide (nota 19) - Transações com partes relacionadas.

(b) Referem-se principalmente a despesas com comissões pagas a Correspondentes no país.

(c) Referem-se principalmente a despesas com serviços de gravames.

(d) Referem-se principalmente a despesas bancárias.

18. DESPESA TRIBUTÁRIAS

	2º Semestre 2016		Exercícios 2016	
	2016	2016	2016	2015
Despesa com PIS	(141)	(280)	(257)	-
Despesa com COFINS	(868)	(1.722)	(1.585)	-
Despesa com ISS	(241)	(504)	(451)	-
Outras	(11)	(17)	(1)	-
Total	(1.261)	(2.523)	(2.294)	-

19. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro 2016, decorrentes de operações com partes relacionadas, cujos controladores são os acionistas do Grupo Santana estão demonstrados a seguir:

a. Saldos com sociedades ligadas

	2016			
	Shopcred Promotora de Vendas Ltda.	Santana Factoring Fomento Comercial Ltda.	CJJ Empreendimentos Imobiliários Ltda.	Plural Assessoria de Serviços Cadastrais Ltda.
Passivo	-	-	-	37
Recursos de aceites cambiais	-	764	-	-
Obrigações por títulos cambiais	-	764	-	-
Outras obrigações	-	-	-	37
Diversos	-	-	-	37
Despesas	(4.178)	(164)	(27)	(180)
Despesas com captação	-	(164)	-	-
Despesas de aceites cambiais	-	(164)	-	-
Despesas administrativas	(4.178)	-	(27)	(180)
Despesa de aluguel	-	-	(27)	-
Despesas com prestação de serviços	(4.178)	-	-	(180)

	2015		
	Shopcred Promotora de Vendas Ltda.	Santana Factoring Fomento Comercial Ltda.	CJJ Empreendimentos Imobiliários Ltda.
Passivo	285	1.243	-
Recursos de aceites cambiais	-	1.243	-
Obrigações por títulos cambiais	-	1.243	-
Outras obrigações	285	-	-
Diversos	285	-	-
Despesas	-	(93)	(98)
Despesas com captação	-	(93)	-
Despesas de aceites cambiais	-	(93)	-
Despesas administrativas	(4.875)	-	(98)
Despesa de aluguel	-	-	(98)
Despesas com prestação de serviços	(4.875)	-	-

b. Saldos com partes relacionadas: Os saldos com partes relacionadas (acionistas, familiares, diretores e sociedades ligadas aos acionistas ou familiares), relativos à captação de recursos constantes nas rubricas de recursos de aceites cambiais totalizam R\$ 24,803 (R\$ 23.430 em 2015), e são remunerados à uma taxa que varia entre 118% a 125% do CDI e taxa pré-fixada, de acordo com o prazo da aplicação.

c. Remuneração dos empregados e administradores: Em atendimento a Resolução CMN 3.750/09 e o Pronunciamento Técnico - CPC 05 - Divulgação de Partes Relacionadas, A Santana S.A - Crédito, Financiamento e Investimento definiu como pessoal-chave os membros da Diretoria. O montante global anual da remuneração da diretoria é distribuído conforme determina o Estatuto Social e definido em Assembleia Geral. No exercício final em 31 de dezembro de 2016 o montante total pago aos Diretores foi de R\$ 263 (R\$ 161 em 2015). A Instituição não concede planos de benefício pós-emprego, benefícios de rescisão de contrato de trabalho, outros benefícios de longo prazo ou remuneração baseada em ações para a diretoria e a Administração.

20. INDICADORES DE RISCO (BASILÉIA) E LIMITES OPERACIONAIS

A Instituição encontra-se enquadrada nos limites mínimos de capital realizado e patrimônio líquido requeridos pela Resolução nº 2.099/94 do Banco Central do Brasil (BACEN) que versa sobre o Acordo de Basileia e atualizada com o Novo Acordo de Capital (Basileia II) cuja apuração do patrimônio líquido de referência e do patrimônio de referência exigido foram alteradas pelas

Resoluções nº 3.444/07 e 3.490/07 do Banco Central do Brasil (BACEN). Dentro deste contexto regulamentar que a Instituição está inserida, deve-se manter um patrimônio líquido compatível com o grau de risco de seus ativos ponderados por fatores que variam de 0% a 300% e um índice mínimo de 11% de patrimônio em relação aos ativos ponderados pelo risco.

	Exercícios	
	2016	2015
Basileia III - Indicadores de Risco	37.825	37.122
Patrimônio de Referência	37.825	37.122
Patrimônio de Referência - Nível I	37.825	37.122
Capital Principal - CP	37.825	37.122
Patrimônio de Referência para Comparação com o RWA - (Nível I) - (a)	37.825	37.122
RWAapad - Risco de crédito	123.630	117.867
RWAapad - Risco de mercado	43.456	54.018
RWAapad - Risco Operacional	60.997	50.351
Ativos Ponderados por Risco (RWA)	228.083	222.236
PR Mínimo requerido para o RWA (b)	22.523	24.446
Margem Sobre o Patrimônio de Referência (a-b)	15.302	12.676
Adicional de Capital Principal Mínimo Requerido para o RWA - (c)	1.426	-
Margem para Verificação do Adicional de Capital Principal - (d)	15.302	12.676
Margem Sobre o Adicional de Capital Principal (d-c)	13.876	12.676
Índice Basileia	16,58%	16,70%

A partir de 1º de outubro de 2013, através da Resolução nº 4.192 e 4.193 do CMN, implantou-se nova metodologia de apuração de 11% do RWA (*Risk Weight Asset*) com base no Patrimônio de Referência.

21. OUTRAS INFORMAÇÕES

g. Estrutura de Gerenciamento de Risco Operacional, Mercado e Crédito: Os principais riscos relacionados aos instrumentos financeiros são risco de crédito, de mercado e de liquidez, os quais estão definidos a seguir: **• Risco de crédito:** possibilidade de ocorrência de perdas para a Instituição, associadas ao não cumprimento pela contraparte de empréstimo ou operação financeira, de suas obrigações nos termos pactuados; **• Risco de mercado:** relacionado às flutuações de preços e taxas, ou seja, às oscilações de mercados de taxas de juros dentro do País, que geram reflexos nos preços dos ativos e passivos negociados nos mercados; **• Risco de liquidez:** relacionado ao descasamento de fluxos financeiros de ativos e passivos, com reflexos sobre a capacidade financeira da Instituição, em obter recursos para honrar seus compromissos.

Gerenciamento do Risco operacional: Risco Operacional é definido pela possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. Essa definição inclui o risco legal associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela Instituição, bem como as sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e às indenizações por danos a terceiros, decorrentes das atividades desenvolvidas pela Instituição. A estrutura de gerenciamento do Risco operacional implantada permite identificar, monitorar, mensurar e comunicar riscos operacionais. Os principais componentes da estrutura de gerenciamento de risco operacional incluem a formalização dos eventos incorridos em ambiente sistêmico isolado (e-gov), auto-avaliação e reavaliação de controles e os indicadores dos processos relevantes, que asseguram a comunicação efetiva dos eventos de controle e suas ações corretivas à alta administração.

Estrutura de Gerenciamento de Risco de Capital: De acordo com a Resolução nº 3.988/2011 do Conselho Monetário Nacional, define-se o gerenciamento de capital como o processo contínuo de: Monitoramento e controle de capital mantido pela Instituição; Avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que a Instituição está sujeita; Planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da Instituição. A estrutura de Gerenciamento de Capital deverá auxiliar a Administração com informações consistentes que forneçam uma visão detalhada dos perfis de risco da Instituição e do Capital requerido para fazer frente a cada tipo de risco, apresentar alternativas para mitigar desses, manter a Administração atualizada sobre a regulamentação vigente. A responsabilidade da Administração abrange ainda necessidade de revisão anual e aprovação das premissas da Estrutura de Gerenciamento de Capital. O gerenciamento desses riscos é efetuado por meio de controles que permitem o acompanhamento diário das operações quanto às diretrizes e limites estabelecidos pela Administração, sendo que não estão previstas em suas políticas operacionais que não objetivem "hedge" de suas posições ativas e passivas. As informações estão disponíveis no site: www.santanafinanceira.com.br. Em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, a Instituição considerou como aceitável a exposição dos riscos e não contraiu operações com instrumentos financeiros derivativos **h. Valores em garantia:** As garantias prestadas por clientes somam R\$ 270.057 (R\$ 277.984 em 2015).

i. Remuneração de Correspondentes no país: A Santana S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento a partir de 02/01/2015 passou a aplicar os procedimentos para contabilização da remuneração de correspondentes no País estabelecidos pela Circular nº 3.693, de 20/11/2013 e Circular nº 3.738, de 11/12/2014, ambas editadas pelo Banco Central do Brasil.

j. Perdas no Recebimento de Créditos: A Lei nº 13.097/2015, publicada em 20/01/2015, resultante da conversão, MP nº 656/2014, promoveu diversas alterações na legislação tributária federal, das quais se destacam a alteração do Artigo 9º da Lei nº 9.430/96, que altera as regras de dedução fiscal das perdas nos recebimentos de créditos para os contratos inadimplidos a partir de 08/10/2014. Permanecem inalteradas as regras para os créditos vencidos anteriormente a esta data.

k. Outros serviços prestados pelos auditores independentes: Informamos que a empresa contratada para auditoria das demonstrações financeiras da Instituição não prestou no período outros serviços que não sejam de auditoria externa. A política adotada atende aos princípios que preservam a independência do auditor, de acordo com os critérios internacionalmente aceitos, nos quais o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho e nem exercer funções gerenciais no seu cliente ou promover o interesse deste.

Gilberto Veiga de Novais - Contador CRC 1SP206578/0-7

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Administradores e Acionistas da

Santana S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento

São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da **Santana S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento** ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Santana S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento** em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN e pelos controles internos que ela

determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria

apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.


RSM Fontes Auditores Independentes
 Sociedade Simples
 CRC ZSP-030.002/0-7

São Paulo, 08 de fevereiro de 2017

Luiz Cláudio Fontes
 Contador CRC 1RJ-032.470/0-9 "T" PR "S" SP